

Lula mantém aperto fiscal em 2004

11 ABR 2003

Meta de superávit é de 4,25% do PIB. Já em 2005, esforço dependerá da economia

Isabel Braga e Eliane Oliveira

BRASÍLIA e SÃO PAULO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter o forte aperto fiscal no Orçamento por todo o seu governo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004 fixa um superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros da dívida) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual é o mesmo previsto para este ano, quando a equipe econômica calcula que o país terá de fazer uma economia de quase R\$ 70 bilhões. A proposta para a LDO apresentada ontem pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, será enviada ao Congresso Nacional na próxima terça-feira.

Para amenizar o esforço fiscal, o governo introduziu na LDO um novo conceito de superávit primário, que valerá em 2005 e 2006: o cálculo do superávit estará diretamente ligado à evolução do PIB. Foram fixadas metas indicativas de 4,25% ao ano, que poderão aumentar, se a economia crescer, ou diminuir, em caso de desaceleração.

Palocci levará nova fórmula de superávit para reunião do FMI

— Optamos por manter um ajuste mais forte de modo a diminuir a rigidez da política monetária, com a queda dos juros e a retomada do crescimento. Isso mostra que nossa política não é de curto prazo. Estamos na rota da seriedade e ela irá se manter — disse Mantega.

Os cenários do governo nos próximos três anos

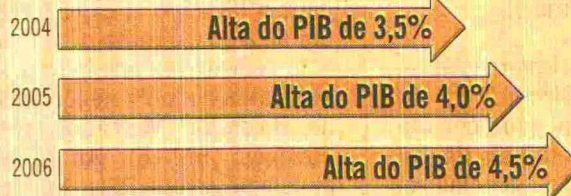


O ministro do Planejamento, Guido Mantega

"Optamos por manter um ajuste mais forte de modo a diminuir a rigidez da política monetária, com a queda dos juros e a retomada do crescimento. Estamos na rota da seriedade e ela irá se manter"

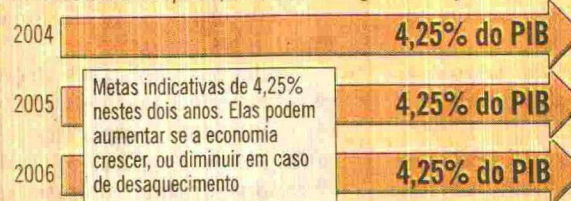
GUIDO MANTEGA
MINISTRO

METAS DE CRESCIMENTO



SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Receitas menos despesas, sem considerar gastos com juros



Apesar de manter o aperto nas contas públicas, a LDO traça um cenário otimista para o desempenho da economia em 2004, prevendo um crescimento de 3,5% do PIB, contra estimativa de 2,2% para 2003. Para 2005 e 2006 espera-se que a economia cresça 4% e 4,5%, respectivamente. A maior expansão da economia pressupõe a aprovação da reforma tributária no Legislativo e a melhora dos indicadores econômicos, como câmbio, risco-Brasil e inflação.

O ministro lembrou que o objetivo do governo é manter a relação entre a dívida do setor público e o PIB — atualmente de 55% — em queda.

Lula quer encerrar o mandato com este índice abaixo de 50%.

A nova forma de cálculo do superávit, chamada superávit estrutural anticíclico, foi anunciada ontem no Congresso pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, vão levar o tema para a reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), este fim de semana em Washington.

Segundo Mercadante, a idéia é mudar o conceito não apenas na LDO mas dentro do próprio FMI.

— O governo considera oportuno abrir a discussão agora. Só não fez isso antes porque o país enfrentava uma crise de confiança, com oscilações no câmbio e alta da inflação. Agora, o Brasil conquistou credibilidade e tem autoridade política para lançar o debate no mundo — afirmou o senador.

Os parâmetros apresentados na LDO foram recebidos com ceticismo por parlamentares da oposição:

— Essa é uma demonstração de que vamos viver quatro anos de crise e que os juros não vão baixar muito. Isso significará poucos investimentos e que o próprio go-

verno não está acreditando numa evolução favorável das contas. Quanto à projeção de crescimento, se fosse factível, seria uma boa notícia — criticou o líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA).

— Essa projeção de crescimento está além do que se conseguiu nas últimas décadas. Os indicadores nos trazem uma perspectiva de tranquilidade em relação à redução dos juros — rebateu o vice-líder do governo na Câmara, professor Luizinho (PT-SP).

Gustavo Loyola vê perda de transparência no novo cálculo

No Senado, ao contrário da Câmara, a proposta de incluir na LDO metas indicativas de superávit fiscal atreladas ao desempenho da economia foi elogiada por líderes de oposição.

— É uma possibilidade interessante. Estamos abertos a discuti-la pelo bem do país — disse o líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM).

Já o líder Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que a idéia é defendida no mundo inteiro e prometeu apoio:

— Se conseguirmos convencer o FMI, será melhor para o país. Vamos mudar logo internamente, pois não dá para paralisar investimentos.

Mas, para o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, a vinculação do superávit primário ao crescimento do PIB traz perda de transparência:

— É mais difícil você explicitar um número. Você perde em comunicação em relação a esse número.